

v.2, n.2, 2025 - Fevereiro

# REVISTA O UNIVERSO OBSERVÁVEL

POSTURAS E ATITUDES DE GESTÃO RESPONSÁVEIS PELOS BONS  
RESULTADOS DA ESCOLA: GESTÃO DEMOCRÁTICA

ANTHONY WILLIAM DUARTE CORDEIRO DOS SANTOS<sup>1</sup>

Revista o Universo Observável  
DOI: 10.5281/zenodo.14939828  
[ISSN: 2966-0599](https://doi.org/10.5281/zenodo.14939828)

<sup>1</sup>Graduado em física pela Universidade de São Paulo e atualmente é graduando em pedagogia pela Universidade Paulista, professor de matemática e física, além de ser elaborador de itens para avaliações em larga escala de uma rede educacional privada

Email: [anthonywdcordeiro@gmail.com](mailto:anthonywdcordeiro@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3506-1134>



POSTURAS E ATITUDES DE GESTÃO RESPONSÁVEIS PELOS BONS  
RESULTADOS DA ESCOLA: GESTÃO DEMOCRÁTICA

ANTHONY WILLIAM DUARTE CORDEIRO DOS SANTOS



Fonte: <https://vazzi.com.br/2021/10/01/gestao-democratica-na-escola/>

PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE

ISSN  
International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

Editora e Revista  
O Universo Observável  
CNPJ: 57.199.688/0001-06  
Naviraí – Mato Grosso do Sul  
Rua: Botocudos, 365 – Centro  
CEP: 79950-000



**UNIVERSIDADE PAULISTA  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**ANTHONY WILLIAM DUARTE CORDEIRO DOS SANTOS  
RA: 0440074**

**POSTURAS E ATITUDES DE GESTÃO RESPONSÁVEIS PELOS  
BONS RESULTADOS DA ESCOLA: GESTÃO DEMOCRÁTICA**

**SÃO PAULO - SP  
2024**



**UNIVERSIDADE PAULISTA  
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**ANTHONY WILLIAM DUARTE CORDEIRO DOS SANTOS  
RA: 0440074**

**POSTURAS E ATITUDES DE GESTÃO RESPONSÁVEIS PELOS  
BONS  
RESULTADOS DA ESCOLA: GESTÃO DEMOCRÁTICA**

---

Trabalho de conclusão de curso apresentado como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
licenciado em pedagogia.

Universidade Paulista – Polo Próprio Tatuapé  
Orientação: Profa. Celina U.F. Nascimento

**SÃO PAULO - SP  
2024**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Santos, Anthony William Duarte Cordeiro dos.

Posturas e Atitudes de Gestão Responsáveis Pelos Bons Resultados da Escola : Gestão Democrática / Anthony William Duarte Cordeiro dos Santos. - 2024.

40 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Paulista, São Paulo, 2024.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Celina U. F. Nascimento.

1. gestão. 2. gestão democrática. 3. administração. 4. administração escolar. 5. educação. I. Nascimento, Celina U. F. (orientadora). II. Título.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte de toda sabedoria e inspiração, por guiar meus passos ao longo desta jornada acadêmica. Sua graça e proteção foram fundamentais em cada etapa deste trabalho, fortalecendo minha fé e proporcionando-me força para enfrentar os desafios.

Expresso minha profunda gratidão a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Celina U.F. Nascimento, cuja orientação, sabedoria e apoio foram inestimáveis. Sua contribuição foi essencial para o desenvolvimento e a conclusão deste estudo.

À minha família, agradeço por seu amor incondicional, encorajamento constante e apoio inabalável. Vocês foram meu alicerce durante toda essa jornada, e sou profundamente grato por tudo que fizeram por mim.

Que Deus abençoe a todos vocês, e que possamos continuar crescendo e aprendendo juntos em nossa jornada acadêmica e além.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi desenvolver uma compreensão da educação e administração democráticas e sua importância na era atual. Concentrou-se na visão histórica da educação e administração democráticas e reconheceu sua importância na era atual. A educação democrática desempenha um papel significativo na construção das características pessoais de um indivíduo e sua maneira de aprender. É possível perceber a necessidade de padrões administrativos de controle e ajustes a partir da Revolução Industrial (meados do século XIX) na análise e estruturação que os estabelecimentos comerciais, industriais e empresas para aperfeiçoamento de seu desempenho, sendo o fenômeno mais importante do capitalismo. Henri Fayol foi o primeiro a definir as funções básicas do Administrador: planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar (POCCC). Além de Fayol (1916), Frederick Taylor (1903), Henry Ford (1908) e Max Weber (1940) contribuíram, com teorias, nos primórdios da Administração. É possível ver histórico e culturalmente que existem vários tipos de gestão, e todos convergem com a mesma base de análise estratégica: planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades.

**Palavras-chave:** gestão, gestão democrática, administração, administração escolar, educação.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA.....	2
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR.....	04
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	10
4. GESTÃO DEMOCRÁTICA NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	18

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por finalidade discutir quais ações, atitudes e possibilidades concretas de gestão responsável no ambiente escolar, tem-se como

hipótese desta pesquisa a gestão democrática como caminho possível para alcance de bons resultados.

A Gestão (que é um termo europeu) é a ciência social de práticas usadas para administrar. A gestão está fundamentada em um conjunto de princípios, normas e funções que são elaboradas para disciplinar, para dirigir ações no alcance de um determinado fim comum para um determinado grupo.

É possível perceber a necessidade de padrões administrativos de controle e ajustes a partir da Revolução Industrial (meados do século XIX) na análise e estruturação que os estabelecimentos comerciais, industriais e empresas para aperfeiçoamento de seu desempenho, sendo o fenômeno mais importante do capitalismo. Henri Fayol foi o primeiro a definir as funções básicas do Administrador: planejar, organizar, coordenar, comandar e controlar (POCCC). Além de Fayol (1916), Frederick Taylor (1903), Henry Ford (1908) e Max Weber (1940) contribuíram, com teorias, nos primórdios da Administração.

É possível ver histórico e culturalmente que existem vários tipos de gestão, e todos convergem com a mesma base de análise estratégica: planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades.

A Gestão Participativa é um desdobramento da administração em que todos os participantes estabelecem novos papéis aos “patrões e “empregados”, se tornando “colaboradores” que auxiliam na tomada de decisão, objetivando a solução de problemas e melhoria constante nos processos da organização. Valoriza contribuição dos seus membros que incide na satisfação e a motivação de seus participantes, e contribui em seu melhor desempenho. Esse método permite que os funcionários sejam ouvidos quanto ao processo de administração, a fim de contribuir com suas experiências e conhecimentos, buscando sempre agregar mais valores às funções e pessoas dos quais participa.

A administração participativa se torna então a possibilidade de decisões partilhadas para efeitos na estrutura organizacional, não apenas com funcionários, mas também com clientes ou usuários, fornecedores, e eventualmente distribuidores da organização. Nesse modelo o principal objetivo é promover a constante interação dos membros. Pode ainda favorecer mais autonomias e lideranças, sendo todos responsáveis por seu próprio comportamento e desempenho.

É preciso apontar que este tipo de gestão participativa, inclusive a escolar, é caracterizado por uma ação coletivo (PARO, 1986). O envolvimento de todos os que fazem parte, direta ou indiretamente, do

processo educacional no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição, implementação, monitoramento e avaliação de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional, é imprescindível para o sucesso da gestão escolar participativa, (LUCK; FREITAS; GIRLING, KEITH, 2002).

Em uma gestão mais contemporânea considera que o termo “participação” já não contempla a amplitude das demandas sociais de uma organização (empresarial ou escolar). Paro (1986) afirma que apenas a participação não garante “voz” de todos dos membros. Isso quer dizer que mesmo dando “participação” aos agentes envolvidos o poder de decisão continua na gerência. Esse é o ponto de fragilidade da gestão participativa. Portanto nos questionamos: Qual será a proposta que pode dar mais amplitude para a participação responsável, partindo das posturas e atitudes da gestão escolar, na garantia de bons resultados? Qual caminho para a gestão seria possível para novas relações sociais no ambiente escolar?

Este trabalho possui base bibliográfica e cunho analítico das ações da gestão escolar que incide diretamente nos procedimentos coletivos. Destinado a reflexão de gestores e supervisores escolares que buscam o melhor caminho para a participação ativa no ambiente escolar (VIEIRA; VIDAL, 2015).

O primeiro capítulo será destinado ao aprofundamento da diferenciação e definição da gestão democrática e participativa, perpassando por suas especificidades na administração escolar e o detalhamento de suas ações. Outro ponto importante é o sentido da participação, variações e o alcance dessa participação.

No segundo capítulo iremos definir como realizar o levantamento das problemáticas escolares, a atuação da gestão democrática e quais são os amparos legais para a execução na administração escolar.

No terceiro capítulo iremos discutir sobre a gestão democrática para o desenvolvimento de uma educação integral, definindo a participação como parcerias.

Por fim, no quarto e último capítulo será ampliado a ideia de gestão democrática e participativa como possibilidade de transformação social.

## **Capítulo I - GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA**

Entre os princípios fundamentais do sistema educacional está o da participação. As normas básicas

que inspiraram toda a ordenação do sistema, da Constituição ao Estatuto da Autonomia, através das Leis Orgânicas que o regulam, reuniram este princípio.

Essa cultura de participação, no entanto, condicionou substancialmente o funcionamento da instituição escolar e, embora seja verdade que esse modelo está em conformidade com as exigências das sociedades democráticas, não é menos que gerou novas situações de relacionamento que têm impacto decisivo no clima de convivência escolar (DALBÉRIO, 2008).

Assim, pode-se dizer que o ambiente operacional dos Conselhos Escolares e o envolvimento das Associações de Pais nas atividades dos centros podem ser os índices que estabelecem o nível e a qualidade da coexistência das instituições escolares. Um Conselho Escolar no qual os pais são aceitos, não apenas pelo seu direito de pertencer a este órgão, mas também pela importância de suas opiniões no processo de tomada de decisão que afeta a dinâmica geral do centro e em que os pais apoiam, estimulam ou valorizam democraticamente as propostas do claustro, contribuindo decisivamente para promover a cultura comunicativa que constitui o ideal de participação das escolas (LÜCK, 2017).

Infelizmente, ainda há casos em que pais e professores não adotam atitudes favoráveis à colaboração e aceitação de compromissos mútuos baseados no respeito e no conhecimento de seus direitos e deveres. A cultura de participação ainda não penetrou e não foi reforçada pelos formuladores de políticas. Muitos pais ainda percebem que sua presença no Conselho Escolar, o órgão de representação máxima do centro, é a de meros espectadores que, disciplinadamente, devem cumprir as decisões do grupo majoritário. Muitos professores ainda consideram que alguns pais pretendem impor seus critérios de desconhecimento da norma, bem como controlar e supervisionar todas as ações de treinamento e gestão que são realizadas no centro educacional.

É necessário que pais e mães sintam a experiência de pertencer realmente à comunidade educativa. A Administração é responsável por desenvolver ações para promover o envolvimento das famílias, especialmente por meio de suas associações, de modo a estimular sua participação ativa no desenvolvimento do Projeto do Centro.

Os estudantes são, sem dúvida, os principais usuários do sistema de ensino, e todos os esforços feitos pela Administração e pela Comunidade

Educacional a que pertencem são direcionados exclusivamente para obter para eles um treinamento que está de acordo com os tempos em que eles viveram.

Seguindo a linha de cultura de participação, os alunos dos Institutos de Ensino Secundário estão representados no Conselho Escolar do seu centro e têm a possibilidade de pertencer a uma associação estudantil. Torna-se, assim, um membro ativo da comunidade educativa a que pertence, no que diz respeito à participação e tomada de decisão (DOURADO, 2016).

A Constituição de 1988 atribuiu a todos os cidadãos o direito à educação, garantindo as liberdades de ensino, ensino e criação de centros, bem como o direito de receber treinamento religioso e moral de acordo com suas próprias convicções. Ele reconheceu a participação de pais, professores e alunos no controle e gestão de centros mantidos com recursos públicos. A Constituição confiou às autoridades públicas a promoção de condições e remoção de obstáculos para que o direito à educação seja desfrutado em condições de liberdade e igualdade, tenha estabelecido a natureza obrigatória e gratuita da educação básica e tenha redistribuído territorialmente o exercício da educação básica. Competências nesta área Todos esses eixos, assim como a capacidade de responder às aspirações educacionais da sociedade, devem confirmar o novo sistema educacional.

Nenhuma reforma consistente, especialmente se for educacional, pode criar raízes sem uma participação social ativa. A participação dos diferentes setores da comunidade educativa, em especial dos pais, professores e estudantes, é uma participação conjunta dos diferentes setores da comunidade educativa, sendo essa participação, consagrada na nossa constituição e garantida e regulada no ordenamento jurídico enquadramento desta reforma, e serão recolhidos nas diferentes seções e níveis do sistema educativo. Todos esses setores também devem contribuir com o esforço necessário para o benefício da comunidade (LÜCK, 2017):

1. A comunidade educativa participará do governo dos centros através do Conselho Escolar. Os professores também farão isso através do claustro, nos termos estabelecidos nesta lei.

2. Os pais também podem participar da operação dos centros educacionais por meio de suas associações. As administrações educacionais regularão o procedimento de modo que um dos representantes dos pais no Conselho de Escolas seja

nomeado pela Associação de Pais mais representativa do centro. Da mesma forma, as administrações educacionais reforçarão a participação dos estudantes através do apoio de seus representantes no Conselho de Escolas (DALBÉRIO, 2008).

As administrações educacionais encorajarão e garantirão o exercício da participação democrática dos diferentes setores da comunidade educativa. As autoridades públicas garantirão o exercício efetivo do direito à educação por meio de uma programação geral da educação, com a participação efetiva de todos os setores afetados, que atendam adequadamente às necessidades educacionais e à criação de centros educacionais. Para esse fim, o Estado e as comunidades autônomas definirão as necessidades prioritárias em matéria educacional, estabelecerão os objetivos do período considerado e determinarão os recursos necessários, de acordo com o planejamento econômico geral do Estado.

A programação geral da educação que corresponde às comunidades autônomas no seu âmbito territorial incluirá, em qualquer caso, uma programação específica dos cargos escolares em que serão determinadas as regiões, os municípios e as áreas onde estas posições serão criadas. A programação específica de cargos escolares recém-criados nos níveis obrigatório e gratuito deve ter em conta, em qualquer caso, a oferta existente de centros e bolsas públicos.

A administração educacional, considerada como empresa pública e cuja responsabilidade é alcançar uma educação de qualidade na igualdade para todos os cidadãos, baseado sua operação nos princípios da administração autonomia de seus centros e universalização da educação. Para que esta empresa seja eficaz, exige que todos os seus membros assimilem suas funções e tarefas, demonstrando sua competência profissional no desenvolvimento de seu trabalho. Em resumo, os profissionais de educação são necessários em seus diferentes campos de atividade. Isso significa a transferência real de responsabilidade e recursos em vários campos e facetas que fariam as administrações educacionais: coordenador de recursos, promotor de propostas e garantidor da unidade de sistema, em suas respectivas áreas de competência (VIEIRA; VIDAL, 2015).

A Estrutura Orgânica desta empresa tem a seguinte configuração: Serviços Centrais do Ministério da Educação, Delegações Provinciais, Gestão de centros educacionais, professores e pais.

Todos os membros pertencentes a essa estrutura devem

assumir que são parte ativa desse modelo educacional e que fazem parte da Administração, e devem aplicar os princípios exigidos por ela.

A Administração Educacional deve direcionar todos os esforços para alcançar uma educação pública de qualidade. Para isso, é necessário prover os centros com os recursos humanos e materiais necessários para empreender ações decisivas para compensar as áreas designadas, especialmente nas áreas urbanas e rurais favorecidas, e fornecer apoio real para a integração escolar na região. no que diz respeito a recursos específicos (DE SOUZA; PIRES, 2018).

Para que a autonomia seja efetiva, é necessária uma mudança de mentalidade por parte da Administração, descentralizando funções e dando poderes a todos os membros que a compõem. A missão dos Serviços Centrais deve ser determinar os princípios organizacionais e confiar seu desenvolvimento nas Delegações que, por sua vez, delegarão à Sede do Serviço, Inspeção Técnica, Gestão dos centros educacionais, Sede do Departamento, Corpo Docente e Pessoal de Administração e Serviços.

Quanto maior a autonomia, maior o grau de responsabilidade que pode e deve ser exigido. Para que a autonomia seja eficaz deve influenciar: a organização e desenvolvimento do currículo, na gestão de recursos econômicos, na gestão de pessoal e na organização e operação do centro. Devem também empreender todas as ações que promovam a participação da comunidade educacional na gestão e controle dos centros educacionais (VIEIRA, 2017).

O projeto central é o elemento que permite a aplicação da autonomia pedagógica e organizacional através de um compromisso de trabalho que toda a Comunidade Educativa deve assumir e que lhe confere identidade própria a partir dos seus próprios recursos. Isso significa que cada centro deve ser tratado de maneira personalizada, pela Administração, com base em suas reais necessidades, suas demandas específicas, tanto em recursos humanos como materiais.

## Capítulo II – GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A democracia como um sistema respeitado influencia grandemente a estrutura das sociedades, uma vez que proporciona uma oportunidade de colocar a pessoa individual em uma posição de sujeito da vida. Além disso, a democracia ajuda a transformar as ideologias de muitas áreas, do direito à economia e da reorganização do governo a uma vida rotineira de uma

pessoa. Esse atributo da democracia levou muitas sociedades a adotarem um ambiente democrático. As principais características da democracia incluem a igualdade, a participação social e política, a liberdade de decisão via voto, o desaparecimento do método de violência na realização de objetivos sociais e políticos, a prática do compromisso (AIRES; DE FREITAS, 2017).

Além de incluir o valor elementar do humano como ser humano e uma atmosfera livre para garantir esse valor. A tolerância às diferenças culturais e o valor do pensamento livre também formam os valores democráticos. No entanto, a democracia que deve ser percebida como princípios básicos e modo de vida só pode ser alcançada com uma educação efetiva (DOURADO, 2016). A implementação dos valores fundamentais da democracia só pode ser alcançada em instituições educacionais que incorporem práticas de educação democrática e com uma administração democrática. Neste termo, o estilo de gestão dos administradores educacionais no gerenciamento de sua organização desempenha um papel crucial. É vital que as pessoas envolvidas na administração de qualquer organização sigam os princípios democráticos, porque a implementação desses princípios desempenha um papel importante no sucesso de um instituto educacional (NARDI, 2017).

A fim de alcançar uma sociedade democrática, é crucial que os estudantes sejam encorajados a praticar seus direitos e estar cientes de suas responsabilidades. A educação democrática ajuda a alcançar os objetivos declarados (MACHADO, 2017). A educação democrática é caracterizada por políticas democráticas, estruturas organizacionais, currículo e metodologias de ensino que incorporam conteúdo relevante e apresentam várias oportunidades para os estudantes praticarem os conceitos que ensinaram com cuidado. Além disso, este tipo de sistema de ensino está preocupado com o propósito da educação que o que as pessoas desejam alcançar a partir de seu setor de educação.

Existem várias questões levantadas por pesquisadores e pessoas para entender o objetivo fundamental da educação. Algumas dessas questões são: educação simplesmente uma estratégia para ganhar riqueza ou manter uma economia saudável? É simplesmente uma ponte que nos guia para a nossa futura profissão? Vale ressaltar que essas questões apenas destacam a visão sarcástica da educação. Ao contrário, questões como: a educação é um modo de desenvolver a conscientização sobre a importância do

conhecimento? É uma abordagem que ajuda a construir uma visão realista do mundo? e ajuda a entender a necessidade da democracia na educação (AIRES; DE FREITAS, 2017).

A palavra democracia pode ser familiar para a maioria das pessoas. No entanto, o conceito de democracia ainda não é claramente entendido e muitas vezes mal utilizado por regimes de partido único, líderes militares ou ditadores, a fim de obter grande apoio das pessoas, o que os leva a uma posição política forte. No entanto, o poder da democracia conseguiu sobreviver a uma longa e turbulenta história. Independentemente dos desafios que prevalecem, o governo democrático em muitos países continua a crescer e florescer (DALBÉRIO, 2008). A palavra democracia foi derivada de uma palavra grega 'demos', que significa pessoas.

Democracia é definida como a existência de governo que foi escolhido pelas pessoas. Em algumas sociedades, a democracia pode ser praticada diretamente pelos cidadãos. Por outro lado, nações com enorme democracia populacional são praticadas por pessoas que são eleitas pelo público. A democracia é certamente um conjunto de princípios e conceitos sobre liberdade (VIEIRA, 2017). Em outras palavras, a democracia é a institucionalização da liberdade. Além disso, a democracia também inclui os processos e práticas que foram transformados ao longo de uma longa e turbulenta história. É essencial que as pessoas que vivem em um ambiente democrático sejam o guardião decisivo de sua liberdade. A liberdade é caracterizada por reconhecer a dignidade intrínseca e os direitos absolutos de uma sociedade (MACHADO, 2017).

Como afirmado no parágrafo anterior, a democracia indica a existência do governo que tem sido escolhido pelas pessoas, pois proporciona inúmeros benefícios aos seus cidadãos. Um governo democrático proporciona aos seus cidadãos as melhores oportunidades, a máxima liberdade e uma vida feliz com maior prosperidade. Até agora, é considerado como a forma mais estável de governo. Em um ambiente democrático, o indivíduo é livre para praticar a religião de sua escolha. A mulher é livre para escolher o cônjuge de sua escolha e até mesmo o aluno é livre para escolher a forma de educação que deseja alcançar (NARDI, 2017).

Em uma democracia sociedade uma pessoa tem total liberdade, ele pode se movimentar livremente sem a permissão de ninguém, ele é livre para assistir a qualquer filme ou ouvir qualquer tipo de música. Além

disso, em uma sociedade democrática, as minorias recebem igual direito de participar da política e influenciar a sociedade como qualquer outra pessoa. Eles são fornecidos com proteção completa contra violação e agressão.

Na democracia, a mulher recebe iguais direitos e oportunidades como homem. Eles têm o mesmo direito de obter educação, elas foram autorizadas a trabalhar em diversos locais e elas podem desfrutar da liberdade máxima como os homens. Toda pessoa em uma sociedade deseja liberdade e segurança, e ambas só são possíveis em um ambiente democrático. Portanto, a democracia deve ser encorajada em todos os lugares e a melhor maneira de criar consciência sobre a democracia é incorporar a educação e a administração democráticas nas instituições de ensino (AIRES; DE FREITAS, 2017).

A educação democrática desempenha um papel vital na criação de consciência sobre a democracia, portanto, deve estar aberta a todos os cidadãos de uma sociedade democrática. Além de estar aberto a todos, é essencial que uma educação democrática se esforce ao máximo para oferecer a melhor educação às crianças. Ajuda a construir uma relação saudável entre professor e aluno (VIEIRA, 2017).

Um sistema de educação com educação democrática deve ajudar a aumentar a liberdade como poder de selecionar e alcançar uma vida satisfatória. Deve também incentivar a intensificação da individualidade. A educação democrática deve ampliar o escopo do interesse do aluno. Deve envolver um conhecimento abrangente sobre história, pintura, literatura, música e ciências, pois estas são as ferramentas básicas que ajudam a diminuir as barreiras entre as classes e, por sua vez, desenvolvem uma forma de interesses compartilhados mais amplos (DOURADO, 2016).

No entanto, a educação democrática desempenha um papel importante no desenvolvimento de hábitos que envolvem cuidar dos outros e notificar outras necessidades antes de tomar decisões pessoais. A prática democrática é caracterizada pelo hábito de levar em conta as opiniões de outras pessoas e considerar as consequências de uma ação e seu impacto sobre os outros além de sua vantagem para o agente. Para estabelecer um sistema educacional florescente de aprendizagem personalizada, é essencial considerar o fato de que oferecer a cada aluno a oportunidade de provar seu talento não é a deslealdade em relação à excelência, mas a realização dele.

A frase aprendizagem personalizada indica alta qualidade de ensino, que é acessível a várias maneiras que podem facilitar os alunos a realizar o seu melhor. Trata-se de responder a alunos individuais, estabelecendo um modo de educação e percebe as necessidades dos alunos e se concentra em seus interesses, este tipo de abordagem tem forte apoio moral e educacional.

Para entender, preparar ou produzir qualquer coisa adequadamente, é necessário conhecer seus altos e baixos, seus aspectos futuros, bem como o pequeno histórico dessa coisa em particular que vamos preparar ou fazer. Em outras palavras, pode-se dizer que os acontecimentos de hoje ou do futuro dependem diretamente do passado. Então, por essa razão, é obrigatório ter uma breve discussão sobre os antecedentes históricos da educação democrática (AIRES; DE FREITAS, 2017). Pela primeira vez no mundo, o filósofo chamado "Platão e Sócrates" fez ligações entre educação e democracia (DE SOUZA; PIRES, 2018).

A ideia de educação democrática foi aludida sem precedentes para os escritos de Rousseau e Dewey. Rousseau pertence aos "românticos" da educação (século XVIII) cujo pensamento era educar e instruir completamente todos os cidadãos para que a integração efetiva do indivíduo a sociedade é efetivamente alcançada. Ele introduziu o pensamento de "contratação social" que garante a oportunidade e o direito dos outros. Segundo ele, se todos estão incluídos na sociedade, existe um estado de sistema de regras de maioria preciso ou democracia (MACHADO, 2017). A análise de Rousseau e Platão estava colocando todos os seus esforços em políticas, regras e regulamentos de educação e política no setor educacional. Rousseau foi inspirado por Platão, no entanto; o status de Rousseau contradiz a perspectiva de Platão. Platão exerce pressão sobre o pensamento de que o principal ponto da educação é descobrir as habilidades de cada pessoa e identificá-las em uma profissão e em uma posição na sociedade que todos merecem. Assim, ele parece ser enérgico sobre a meritocracia, grupos estratificados de acordo com o caminho de cada pessoa e estabilidade na sociedade.

Cada membro da sociedade deve ser completamente fornecido com todo o conhecimento e informação que é útil para um indivíduo e em benefício da comunidade. Por outro lado, Rousseau acreditava que a educação deveria ser justa para todos, porque isso seria útil na criação de uma sociedade rígida e desenvolvida. Além disso, também

contribuiria de desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo igualmente. Deve haver oportunidades iguais para todos na comunidade ou na sociedade. Todos devem estar livres de todas as limitações para explorar suas habilidades e capacidades (VIEIRA, 2017).

A democracia em qualquer sociedade é refletida pela liberdade social, enquanto a liberdade social é considerada como um elemento de alerta para uma sociedade porque, segundo Platão, a liberdade e a mobilidade sociais podem alarmar a perturbação da ordem social devido à natureza humana egoísta. Esta perturbação indesejada pode colocar uma marca na disciplina e respeito das autoridades de uma comunidade. Por isso, tanto Rousseau quanto Platão tiveram conflitos em sua opinião sobre a contribuição da liberdade social em uma sociedade em qualquer perspectiva; a educação democrática adota e registra ambas as filosofias especificadas anteriormente.

O fornecimento de elementos da filosofia da educação democrática em escolas de ensino fundamental visa unir e transmitir os valores democráticos a seus alunos usando duas maneiras. Primeiro, que as autoridades responsáveis pela educação assegurem que o programa de estudos para alunos inclua assuntos que divergem dos interesses dos estudantes em relação aos assuntos de cidadania e ao papel que um indivíduo é responsável em uma sociedade (AIRES; DE FREITAS, 2017). Além disso, o currículo deve ser concebido de tal maneira que os alunos coloquem interesse em questões e problemas públicos e na busca de soluções para esses problemas. Em segundo lugar, refletindo o sistema democrático e o ambiente em todos os processos, como admissões, ensino, documentação e todos os outros processos envolvidos na escolarização de um estudante.

A escola desempenha um papel de micro sociedade para a geração jovem, por isso deve refletir o sistema democrático. Portanto, essa micro sociedade (escola) deve ajudar os alunos a aprender, praticar e familiarizá-los sobre o modo de viver em uma sociedade democrática. Obviamente, isso não implica que não deva haver disciplina em instituições de ensino ou que os instrutores devam desempenhar um papel de membro despreocupado, permitindo que os alunos realizem experimentos sem qualquer direção.

Prosseguindo para Dewey<sup>1</sup>, o pai da teoria americana da educação e um lógico que retratou uma ideia acabada de educação democrática e em continuidade, conectou esses planos e hipóteses democráticos na educação prática com grande sucesso. As ideias de Dewey esclareceram vários aspectos da educação e da aprendizagem, juntamente com a importância da educação justa, que foi discutida anteriormente. O filósofo enfoca dois aspectos da constituição da democracia em uma comunidade (DALBÉRIO, 2008).

Primeiro, ele dá opinião às autoridades para colocar esforços nas coisas que são mutuamente benéficas para todos os membros da sociedade, em vez de um certo grupo ou classes especiais de pessoas, a fim de manter a ordem social. E segundo, estabelecer interações entre grupos sociais. Ele explicou as ligações entre democracia política e democracia na educação, e também explicou como a democracia política afeta a democracia da educação em vários aspectos. Dewey explicou o significado da democracia mais claramente do que sua definição, ele explicou a democracia em sua forma mais simples como o seu caminho. de viver em uma sociedade pacificamente (DOURADO, 2016).

De acordo com ele, não se podem estabelecer um verdadeiro sistema de educação democrático, a menos e até que se entendam que tipo de sociedade ou sistema social se gostariam de estabelecer. Ele também aplicou suas visões de educação democrática praticamente estabelecendo “John Dewey's Laboratory School” na Chicago University. Muitos outros teóricos apoiaram as teorias de Dewey e expressaram sua opinião de que os objetivos da educação democrática é tornar o estudante, um cidadão democrático, e que o estudante deve entender as perspectivas democráticas que seguiam em suas vidas enquanto se comportava como um bom cidadão (DE SOUZA; PIRES, 2018).

Acredita-se que a educação deveria incluir um programa que criasse senso de respeito, que tolerasse a cooperação, a tolerância e a paz e a responsabilidade de um aluno. Existem outros teóricos famosos que também concentraram seus esforços na democracia na educação, como Paulo Freire. Ele analisou a relação entre aluno e professor e concluiu que os professores do curso estão dando conhecimento aos alunos de uma

maneira antiga e tradicional, sem criar motivação e interesses.

Os professores devem mostrar alguma criatividade e devem mudar a metodologia de dar educação. Eles devem dar palestras de acordo com o nível de um aluno médio e não em seu próprio nível. As autoridades devem tentar criar uma relação amigável entre professores e alunos. Devem ser tomadas medidas para melhorar a comunicação entre aluno e professor, porque a relação entre professor e aluno é muito importante para estabelecer um sistema de educação democrático bom e bem-sucedido em uma sociedade. A definição de educação democrática é delimitada por três perspectivas:

- Liberdade de escolher a aprendizagem sem obrigações.
- Processos democráticos, valores cívicos, cidadania e governança escolar.
- Aspectos globais e auto atualização.

A educação democrática refere-se ao fato de que todos os indivíduos, independentemente de seu status econômico, devem se apossar de valores, conhecimentos e habilidades cívicos necessários para estabelecer a democracia em uma sociedade. Para cumprir esses requisitos, os institutos educacionais devem incorporar um tipo de educação que envolva ativamente os alunos em atividades que ajudem a construir suas personalidades e desenvolver habilidades (MACHADO, 2017).

Em um processo de educação democrática, os alunos podem participar ativamente na tomada de decisões sobre as salas de aula. Essas decisões envolvem a criação de regras de uma classe, currículos e rubricas de avaliação. Outras características da educação democrática incluem uma declaração de direitos e responsabilidades, reuniões de classe diárias ou semanais e constituições de sala de aula. E todos esses recursos incentivam a participação do aluno. Em institutos educacionais democráticos, a participação de estudantes pode ir além do conselho de estudantes de tradições, onde o envolvimento em decisões em sala de aula restringe-se a decisões sobre cardápios de festas, acordos de piquenique ou status acadêmico. Em contraste com os sistemas de escolas tradicionais nas escolas democráticas, os alunos são incentivados a participar na elaboração de regras escolares, no planejamento do currículo básico eficaz, na

<sup>1</sup> John Dewey (1859-1952) foi um filósofo estadunidense que teve como bandeira a democracia e

liberdade de pensamento para o amadurecimento intelectual e emocional das crianças.

programação, nas decisões de contratação e no orçamento (DALBÉRIO, 2008).

No sistema de educação democrática na era atual, os alunos recebiam direitos iguais para tomar decisões sobre como, o quê, onde, quando e com quem estudam. Eles foram presenteados com o mesmo direito de decidir como a sua educação deve ser executada e quais sanções e regras são essenciais. Esse tipo de abordagem fornece experiências aos alunos que não conseguem tomar suas próprias decisões. Assim, tomando a decisão em si. Além disso, a educação democrática promove o desenvolvimento progressivo de um estágio mais dependente em direção a um estágio de aprendizagem autogerida (DOURADO, 2016).

Aspectos enfatizam a auto realização, os direitos humanos e a conscientização ambiental De acordo com a ideologia da educação democrática, o objetivo principal da educação é criar um processo contínuo de aprendizagem que acompanhe a pessoa durante toda a sua vida. Essa ideologia da educação democrática é apreciada globalmente porque esse processo ajuda no desenvolvimento multifacetado da personalidade de um indivíduo. Promove a liberdade e a legitimidade e incentiva o respeito pelos direitos humanos e aumenta a responsabilidade ambiental e social.

Descreveu-se uma série de características principais do ensino para a democracia. Essas características-chave incluem a conscientização dos alunos sobre questões sociais para alcançar a inclusão pública e permitir que os alunos tomem decisões democráticas relacionadas a questões de classe (VIEIRA, 2017).

O conceito de educação democrática fracassa se não levar em conta o objetivo real da escolaridade que é formar uma vida comunitária e se não considera a educação como um processo social. As escolas devem ser consideradas mais como um lugar que promova a aprendizagem. Ao contrário, o sistema democrático vê o instituto educacional como uma comunidade onde a deliberação e a comunicação florescem se um instituto educacional quer incentivar valores democráticos, eles precisam eliminar a hierarquia. A educação para a democracia torna-se assim educação livre de relações autoritárias.

Críticas desempenham um papel crucial na determinação dos prós e contras de qualquer coisa. Portanto, para visualizar e comparar os prós e contras da educação democrática, é necessário afirmar e analisar as críticas a esse tipo de sistema educacional.

A primeira crítica é sobre a ausência de disciplina nos institutos de educação democrática. Essa crítica é baseada no fato de que os estudantes estão estudando em um sistema de educação democrático e não estão interessados em seu curso e fazendo lição de casa; em vez disso, eles são mais fascinados pelos jogos.

No contexto da ideologia da educação democrática que está sendo praticada hoje por várias escolas, os alunos são livres para brincar. Mantendo em vista essa ideologia da educação democrática, surgem as questões de que a liberdade de brincar não é um pelo social para os estudantes? Esses alunos não vão se arrepender do tempo que passaram jogando em vez de estudar e, por sua vez, não são capazes de realizar os objetivos e alcançar a habilidade que outras crianças de sua idade possuem. Não é responsabilidade primária dos institutos educacionais garantir que o progresso de todos os seus alunos seja o mesmo, deixando os alunos decidirem o horário que desejam começar a estudar? Além disso, outros críticos argumentam que a abordagem progressista adotada pelos institutos educacionais democráticos globalmente resulta no declínio dos padrões acadêmicos (DALBÉRIO, 2008).

Afirmaram-se que esse tipo de situação foi observado na era dos anos 60 e não deve ser repetido. Esse período foi considerado a era do pleno emprego em que a maioria dos indivíduos era interessado apenas em aumentar sua riqueza. Esta crescente afluência mostrou uma maneira de prazer para os indivíduos e resultou na formação da sociedade *laissez-faire*. No entanto, isso levou à ocorrência de muitos problemas econômicos e sociais na década de 1970 (DOURADO, 2016).

As características que essas escolas exibem incluem uma abordagem de ensino centrada no aluno que é caracterizada pelo envolvimento máximo do aluno no processo de aprendizagem. Nas escolas democráticas existem comunidades que organizam várias atividades para incentivar a participação do aluno. Além disso, as escolas democráticas também proporcionam aos estudantes participação igual na tomada de decisão (MACHADO, 2017).

Na época, hoje, os indivíduos estão mais preocupados em obter direitos, responsabilidades e liberdade em seu local de trabalho, de forma semelhante ao que desfrutaram fora do ambiente de trabalho. Isso destaca o fato de que os trabalhadores de uma organização devem ser tratados como cidadãos. Uma pessoa chega ao seu local de trabalho não apenas

com suas habilidades e conhecimentos, mas também com seus sentimentos e necessidades sociais.

E por essa razão, os gerentes da era atual são obrigados a administrar toda a organização em uma estrutura de valores da democracia. Portanto, é essencial criar um espaço de trabalho onde os trabalhadores sejam considerados como parte da organização e livres para exercitar seus pontos de vista. Esse tipo de ambiente de trabalho também deve ser praticado em instituições educacionais para promover a democracia. Em qualquer tipo de organização; os líderes têm que tomar várias decisões diariamente. No entanto, essas decisões nem sempre são sujeitas a escolher entre o bem e o mal (VIEIRA, 2017).

Ocasionalmente, as decisões são submetidas a uma das duas escolhas erradas. Na visão do fato de que as soluções dessas questões não foram declaradas em políticas, leis ou quaisquer outras diretrizes, a tomada de decisões pode ser uma tarefa realmente difícil. Nessas circunstâncias, a democracia desempenha um papel crucial e democratização da educação. Administração torna-se essencial. Um estilo de gerenciamento robusto na gestão do instituto educacional pode ser obtido se o administrador levar em conta outros pontos de vista no momento de tomar decisões. Isso, por sua vez, promove um ambiente democrático nas escolas (DALBÉRIO, 2008).

O estabelecimento da administração democrática só será possível na escola se o diretor da escola seguir as regras e a regulamentação da democracia nas atividades de manejo. Um verdadeiro chefe democrático tomará todas as decisões com justiça e distribuirá o trabalho igualmente de acordo com a capacidade e capacidade de cada um e distribuirá responsabilidades de acordo com os pais dos trabalhadores do aluno, a fim de formar o sistema educacional bem-sucedido na escola (DOURADO, 2016).

Ele considerará todas as pessoas relacionadas com a gestão escolar igualmente importantes e proporcionará oportunidades iguais para todos que trabalham na escola. Hoje em dia, é muito difícil sobreviver e manter uma posição respeitável em uma sociedade para uma organização antidemocrática. As gerências precisam tomar algumas medidas eficazes para influenciar os recursos humanos com êxito, para atingir os objetivos organizacionais. Essas etapas incluem o desenvolvimento da estrutura organizacional, o trabalho em equipe, o uso benéfico

de informações e tecnologias, a liderança e o envolvimento dos funcionários na tomada de decisões.

Essa nova estrutura organizacional é mais claramente aberta e mais simples para inovações. Para que as organizações sejam mais produtivas, altos funcionários e chefe da organização refletem elementos de liderança democrática em sua atitude com os subordinados: um comportamento breve e necessário para uma gestão escolar democrática é o seguinte (DE SOUZA; PIRES, 2018):

- Os funcionários devem ter o direito de expressar suas opiniões e compartilhar seus pensamentos com a gerência com conforto.

- O ambiente deve ser fornecido em que a gerência considere as ideias apropriadas dos empregados, em benefício dos funcionários e da administração.

- O pessoal deve ser incentivado para tomar iniciativas, responsabilidade e questões de risco.

- Rejeitar as regras e ordens erradas que acusa alunos, funcionários e pais.

- Estabelecendo uma cultura cooperativa, onde as responsabilidades são compartilhadas, o apoio deve ser fornecido aos funcionários em seus tempos difíceis

A gerência deve tomar medidas efetivas para criar um ambiente de trabalho no qual o respeito, a cooperação e toda a assistência possível sejam fornecidos dentro da organização, onde a responsabilidade é compartilhada, onde a falha e o sucesso não são de responsabilidade e não dependem de qualquer indivíduo, onde o trabalho em equipe é apreciado, tais medidas aumentarão a solidariedade entre os funcionários das organizações. Tais medidas motivarão os funcionários mesmo em situações difíceis (VIEIRA, 2017).

Como entendido, certas condições devem ser cumpridas para implementar uma abordagem democrática de gestão das organizações educacionais implementadas nas antigas cidades-estados gregas, onde todos os cidadãos participam ativamente da administração. O mais importante deles é a simplificação da estrutura organizacional, tão livre de burocracia quanto possível. A outra necessidade mais importante é declarar um comportamento de liderança democrática no departamento de gerenciamento. Tais ambientes educacionais em que elementos e princípios da democracia são cumpridos e cada indivíduo pode sobreviver com sucesso no ambiente competitivo de hoje (DALBÉRIO, 2008).

É crucial que toda pesquisa-ação deva realizar dentro da estrutura moral do respeito do participante.

Uma questão ética significativa que os diferentes pesquisadores de ação não podem evitar é o uso que fazem do conhecimento que foi gerado ao longo da análise (DOURADO, 2016). Para esta desculpa moral essencial, o principal de qualquer estudo, mas particularmente os realizados pela pesquisa-ação, devem ser transparentes. As entrevistas realizadas nos institutos de ensino são completamente anônimas e nem os nomes dos institutos de ensino nem os nomes dos participantes são revelados neste trabalho de pesquisa. Todas as notas de rascunho, diário de pesquisa e dados que foram coletados são protegidos pelo pesquisador. Os resultados derivados deste estudo são cuidadosamente examinados e apresentados de modo a garantir que tanto o propósito da pesquisa quanto as conclusões alcançadas sejam explicitamente claros e inequívocos, não sujeitos a interpretações equivocadas. Ademais, o pesquisador se empenhou em assegurar que os possíveis impactos decorrentes desta investigação sobre os participantes sejam mitigados ao máximo, visando a minimizar quaisquer efeitos adversos.

### Capítulo III – GESTÃO DEMOCRÁTICA E A EDUCAÇÃO INTEGRAL

O exercício da democracia na escola parece estar tenso entre um conteúdo de ensino que está lutando para se destacar de programas anteriores de educação cívica e métodos tímidos de aprendizagem na abertura de um espaço escolar de expressão destinada a libertar o discurso do aluno e permitir o confronto de ideias (LÜCK, 2017).

Mas é possível o desenvolvimento de um espaço real da escola pública, dado o programa que deve ser realizado para os exames e onde o debate deixa pouco espaço para a singularidade das situações? A dificuldade está no desejo de visar, na educação cívica, ao mesmo tempo o lado social e o lado político, isto é, ao mesmo tempo aderir aos valores da convivência e encorajar o compromisso e construindo uma experiência comum (MACHADO, 2017). O risco, como se observa nos programas e dispositivos democráticos (conselhos, comitês dentro da escola), é a acentuação de um aspecto normativo, mesmo moralizante, expressando-se tanto em conteúdos de ensino a assimilar quanto em preocupação com a coesão social motivada pela recepção em escolas de público heterogêneo e pela preocupação com a unidade nacional quando os contextos sociopolíticos se deterioram. Em tal contexto, a recuperação de valores (entendida como

potencialidade crítica) por normas sociais não é inevitável e o exercício da democracia na Escola é impossível? Como superar essas dificuldades?

Três princípios de normatividade estão presentes nos materiais pedagógicos analisados, incluindo aqueles que supostamente fundamentam a experiência democrática na escola. Eles são continuamente supervisionados e especificados por princípios, leis, regras, enquanto os valores de autonomia ou responsabilidade permanecem diluídos ou implícitos no conteúdo das ofertas participativas e dos cursos propostos. Pode-se, portanto, observar uma recuperação de valores por normas morais ou sociais que induzem mais comportamentos a manter do que uma livre adesão do sujeito. Os textos oficiais são bastante explícitos: "O aluno coopera e demonstra responsabilidade perante os outros. Ele respeita os compromissos feitos para si e para os outros (LÜCK, 2017).

Nessa configuração, a recuperação de valores por normas e a difícil articulação de práticas e conhecimentos impedem o desenvolvimento da ideia de experiência democrática no sentido dado por Dewey (1916-1938). Se existe, em qualquer forma de cidadania, uma parte da civilidade (aspecto comportamental), do civismo (organização da convivência) e da cidadania (compromisso e participação no sentido, os valores não podem ser confundidos ou reduzidos a normas sociais, ou aos modos de ser e agir que devem governar a convivência (DOURADO, 2016).

A experiência da cidadania democrática envolveria o "compartilhar juntos" em plena consciência de sua responsabilidade como um futuro cidadão e não apenas na adoção de atitudes ou comportamento (DALBÉRIO, 2008). Essa sensibilidade das instituições aos valores sociais e morais atesta a obsessão por um modelo educacional normativo. Para ir além desse significado, seria uma questão de fazer da Escola um lugar específico para conscientizar sobre todas as dimensões da vida comum e promover os meios de agir e o conhecimento de tudo o que é exigido por e para a ação (DE SOUZA; PIRES, 2018).

A moralidade fechada (conjunto de regras e hábitos que permitem a conservação de uma sociedade), que conduz pelo conformismo a um código de deveres, à imposição de valores comuns declarados, à garantia de uma vida cotidiana e para a ordem social, permite uma emancipação do cidadão?

Não se pode ver aqui uma tendência para a inculcação

de hábitos que de alguma forma limitam a educação cidadã ao seu lado social (integração de normas e valores) mais do que político (compromisso e confronto de ideias vivenciadas em uma prática democrática)? Deve-se ver uma incompatibilidade entre esses dois lados? Se alguém não consegue se expressar sem o outro, seria bom manter o equilíbrio entre os dois; um delicado equilíbrio que não pode ver o dia sem a criação de um espaço específico de confronto de idéias, valor dos valores (liberdade, solidariedade ...), aplicando todas as condições de reflexividade e pensamento crítico, além de objetos de ensino acordados que levantam pouca oposição (por exemplo, acima, compromisso de solidariedade na quarta turma) (OLIVEIRA, 2015).

O exercício da democracia nas escolas só pode ser expresso se os três grandes valores democráticos forem cumpridos na prática: autonomia intelectual e emocional, cooperação social e participação pública. Para conseguir isso sem orientar comportamentos, há a necessidade de construir conhecimento sobre valores e permitir que o aluno se inscreva autonomamente em valores em uma articulação entre conhecimento e ato. Nesta articulação, os valores republicanos aparecem nos currículos como objetivos de aprendizado, objetos sobre os quais, sem dúvida, reflete, mas que devem ser assimilados (LÜCK, 2017).

Eles não aparecem como meios de aprendizagem, como condições para a construção de novas aprendizagens e novas experiências. Se tomar o exemplo da autonomia, seria uma questão, não abordar os objetos do conhecimento como pensamento antecipado e não questionável, especificando aos alunos que lhes será permitido ter uma independência de pensamento que quando são mais velhos, mas concebem em um experimento democrático a discussão de objetos educacionais em que a autonomia aparece como uma condição sem a qual a atividade proposta não teria mais significado (DALBÉRIO, 2008).

A ligação entre democracia e educação está a ser desenvolvido pela experiência como negócios e construção do conhecimento como base para o diálogo e as decisões sobre as questões sociais. Se este pré-requisito for a base de uma futura educação do cidadão, resta ir além do debate acordado sobre os objetos de trabalho (exemplos de discriminação, igualdade, solidariedade, etc.) e princípios não contestáveis, para evitar qualquer dogmatismo ou "catecismo cidadão". Assim, uma verdadeira formação integral e cívica se enquadra nessas duas condições:

refletir sobre o valor dos valores e experimentar valores não apenas como fins, mas também como meios de aprendizagem e educação.

#### Capítulo IV – GESTÃO DEMOCRÁTICA NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A transformação (social, cidadã, comunitária, popular) tem sido fundamentalmente uma reivindicação dos setores e atores subordinados e dos setores progressistas. No campo educacional, tem sido também a bandeira do pensamento e das correntes político-pedagógicas avançadas. Hoje, o discurso de participação cobriu o discurso público, nacional e internacionalmente, e é levantado por todos: o Estado, a sociedade civil, o mercado e a cooperação internacional. No entanto, como acontece com a "sociedade civil" e a "comunidade", a "participação" invocada, promovida ou reivindicada pelos vários atores não é a mesma. Isto explica em parte porque a falta de participação e consulta continua a ser uma questão crítica levantada por muitas Organizações da Sociedade Civil (OSC) e, em particular, pelos professores e seus sindicatos.

Bibliotecas inteiras foram escritas sobre o tema da participação e de correntes e posições muito diferentes. O discurso de participação alimentou historicamente opções comprometidas com a mudança política e social, a libertação e a equidade, e também com a manutenção do status quo, a concentração de capital e poder em poucas mãos, a eficiência plana e a redução de custos (AIRES; DE FREITAS, 2017).

Apesar da abundante pesquisa e produção intelectual sobre o tema, persiste uma visão ingênua e voluntária de tal participação, suas condições, mecanismos e efetividade em geral. Do nível micro ao nível macro, muitas frustrações e fracassos se acumularam, demonstrando a enorme complexidade do estabelecimento de uma cultura participativa dentro das instituições, tanto do Estado, da sociedade civil, das empresas, quanto das agências internacionais (LÜCK, 2017).

No caso de um conceito camaleônico, ele precisa ser submetido, em cada caso específico, à pergunta: Participação, para quê? A partir daqui as perguntas e respostas relacionadas a atores, papéis, níveis e áreas de participação serão derivadas e as condições necessárias para torná-lo efetivo (MACHADO, 2017).

No entanto, tradicionalmente a noção e a prática de participação na educação têm sido muito limitadas, persistindo uma forte delimitação de áreas,

relações e papéis. O hermetismo e o autoritarismo caracterizaram tanto a instituição escolar quanto o sistema escolar, a política educacional e a cooperação internacional no campo educacional. De fato, o relacionamento bancário “assimétrico e vertical” destacado para a sala de aula é reproduzido em todos os níveis: agências-governos, governos-sociedade civil, reformadores-professores, professores-professores-pais-alunos.

A reforma da educação tradicional nesta e em outras regiões tem sido caracterizada pela falta de uma estratégia de informação, comunicação e consulta com a sociedade em geral e com os professores em particular. O desenho e a tomada de decisão em relação à “política educacional” têm sido tradicionalmente vistos como uma atividade sofisticada, altamente técnica e especializada, que exige conhecimento de um especialista e não está disponível para o cidadão comum, e mesmo para especialistas em educação. Paradoxalmente, enquanto a retórica participativa e o efetivo reconhecimento da consulta e participação cidadã como condição de relevância, efetividade e sustentabilidade de uma educação de qualidade para todos avançaram, acentuou-se a veia tecnocrática e elitista da política educacional (AIRES; DE FREITAS, 2017).

Como já foi dito, dada a tradicional redução da educação a educação escolar, a questão da “participação na educação” tem tradicionalmente se referido à educação escolar e à comunidade escolar local. No entanto, um aspecto e uma tradição muito importantes de participação vêm precisamente da “outra” educação, a chamada “educação não formal” ou educação extracurricular, geralmente ligada à educação de jovens e adultos (LÜCK, 2017). O diagnóstico da comunidade, o afastamento da realidade, bem como as necessidades e conhecimentos das pessoas, o diálogo como ferramenta fundamental de ensino-aprendizagem, a avaliação e o desenvolvimento de métodos ativos e participativos, etc. eles foram cunhados como marcas da educação não formal, da educação de adultos, e muito especificamente do movimento de educação popular na América Latina. Esta tradição político-pedagógica, pela qual esta região é conhecida internacionalmente, permaneceu fora do sistema escolar, política e reforma (DE SOUZA; PIRES, 2018).

Por sua vez, a questão da participação tem se centrado tradicionalmente na instituição escolar (e não no sistema escolar e sua reforma, ou no âmbito mais amplo da política educacional) e em dois espaços: um

interno - a sala de aula - e outro “externo” - a comunidade. Curiosamente, a instituição escolar como tal permaneceu por muito tempo como uma caixa preta, pouco analisada em suas diretrizes, suas relações e suas dinâmicas internas, e nessa medida alheia ao próprio tema da participação. Hoje, a complexidade da micropolítica institucional da escola está apenas começando a ser reconhecida, atravessada por uma luta pelo poder e uma luta cultural entre alunos, professores, administradores e pais, tanto pelo significado da educação e da escola quanto pela Recursos e espaços (MACHADO, 2017).

Na ausência desse entendimento, a instituição e a comunidade escolar aparecem como meros repositórios de diretrizes, e sua falta de aplicação como um problema de compreensão e execução das normas (AIRES; DE FREITAS, 2017). Existem diferentes abordagens para os níveis de participação. Distingue-se sete níveis: 1) Manipulação: o objetivo é gerenciar o apoio dos cidadãos a partir de uma participação que é nominal (por exemplo, comitês consultivos meramente formais); 2) Informação: informações sobre direitos, responsabilidades e opções são fornecidas; 3) Consulta: os cidadãos são convidados a comentar; 4) Representação: implica algum grau de influência, principalmente através de representantes dos cidadãos em órgãos de gestão ou assessoria; 5) Associação: o poder é redistribuído através da negociação entre cidadãos e autoridades. 6) Poder delegado: os cidadãos participam no processo de decisão ou execução; 7) Controle do cidadão: os cidadãos administram o programa ou o curso de ação (OLIVEIRA, 2015).

No campo educacional, a participação cidadã entendida como tomada de decisão ou controle é bastante excepcional, tanto micro quanto macro. A noção mais difundida de participação é aquela que associa ao acesso, assistência ou uso do serviço educacional (na verdade, esse indicador é categorizado em muitos glossários internacionais). Entendimentos instrumentais (participar como executando ou gerenciar um plano ou uma ação definida por terceiros) e contribuições (participar como dar: dinheiro, trabalho, tempo, respostas corretas, etc.) do termo prevalecer. Ao nível da instituição escolar, predomina a participação nominal (professores, alunos, pais e comunidade). Ao nível da política de educação e reforma, todos estes níveis operam, com importantes variações entre os atores e entre os países, e há uma tendência crescente de informação e ampla consulta cidadã (LÜCK, 2017).

A participação (na escola, no programa não formal, na grande reforma) abre-se mais facilmente aos aspectos administrativos. Currículo e pedagogia (o que e como ensinar, o que e como aprender) são palavras importantes, e são mantidos reservados como campos de especialistas, especialistas no nível macro e professores no nível da escola e da sala de aula. Nem os professores têm acesso às grandes definições curriculares e pedagógicas que emanam da administração central. A linguagem em que esses documentos e propostas são apresentados geralmente inibe, ao invés de encorajar, a participação do cidadão.

Quanto às fases do processo, no nível micro (escolar), o diagnóstico aparece como uma esfera transitável e com necessidade de participação, particularmente para a detecção de necessidades e para a apropriação inicial do plano ou projeto. O diagnóstico da comunidade há muito tem sido incorporado em vários setores e atividades, incluindo o setor de educação, em muitos países e programas. Os Projetos Educacionais Institucionais propostos para a instituição escolar nos últimos anos também possuem um componente diagnóstico, geralmente aberto à participação dos pais e da comunidade. As demais fases do processo - planejamento, desenho, execução, monitoramento, sistematização, avaliação, interpretação, controle e uso dos resultados (DE SOUZA; PIRES, 2018).

No nível macro, o da política educacional, todo o processo permanece fortemente concentrado na administração central, com peso crescente das agências internacionais, que também preparam diagnósticos de seus próprios países. Esses diagnósticos foram até recentemente restritos à circulação, mas cada vez mais estão sendo acessados através das páginas da web. Apenas em pouquíssimos casos, avaliações abrangentes dos processos de reforma e / ou projetos financiados por bancos internacionais podem ser realizadas, entre outros, devido à contínua troca de autoridades e planos. Essas avaliações, em qualquer caso, não se tornam públicas.

A participação, a ser dada, requer certas condições. Eles tendem a se destacar como requisitos para uma participação autêntica e efetiva (LÜCK, 2017):

- empatia básica e credibilidade: aqueles que participam precisam confiar na honestidade daqueles que pedem participação, entender e valorizar o significado e o impacto de sua participação, e ver os resultados;

- informação: para participar, é necessária informação básica do que é o sujeito ou objeto da participação, bem como os mecanismos e regras do jogo da referida participação.

- comunicação: a participação exige diálogo, capacidade de ambos os lados para ouvir e aprender.

- condições, regras e mecanismos claros: as boas intenções não são suficientes, é essencial assegurar as condições (materiais, institucionais, de tempo, espaço, etc.) para facilitar a participação não como um fim mas como um meio para um fim, impedindo-o. Torna-se um fardo, uma fonte adicional de tensões ou um exercício inútil.

- associatividade: A participação deve levar em conta e melhorar, ao invés de negar, a experiência associativa das pessoas e grupos envolvidos.

Não existem indicadores claros até o momento para medir a natureza democrática e participativa das reformas educacionais. A descentralização e a autonomia da instituição escolar tornaram-se indicadores positivos para medir o progresso das reformas atuais. No entanto, nem a descentralização nem a autonomia escolar garantem, por si só, maiores ou melhores níveis de participação, consulta ou democracia.

Descentralizar pode envolver apenas deslocar e multiplicar o poder centralizado em vários poderes, também concentrados, nos níveis intermediário e local. Autonomizando a escola pode significar ignorar isso, abandoná-lo aos seus próprios pontos fortes e fracos referindo-se apenas aos aspectos administrativos (e mesmo a uma parcela deles), e não também aos aspectos curriculares e pedagógicos (OLIVEIRA, 2015). Como empiricamente declarado e comprovado, se a autonomia profissional (competência de leitura) das equipes de ensino não é garantida, a autonomia da escola pode resultar em deterioração adicional, ao invés de melhoria, da qualidade e equidade na oferta educacional e em as aprendizagens (AIRES; DE FREITAS, 2017).

Para o bem e para o mal, o edifício educacional convencional está rachando, com aberturas e rupturas que implicam redistribuições de poder e locais para a cultura escolar convencional. Em que direção essas mudanças são finalmente orientadas, em favor de qual projeto político e social, e com que resultados, dependerá em grande parte da capacidade da sociedade civil e de suas organizações, e principalmente dos setores e atores que fazem parte direto da comunidade educacional, para participar do referido rearranjo.

As experiências selecionadas, que são incluídas abaixo e que mostram várias rotas do possível, só podem ser adequadamente compreendidas e valorizadas, contrastando-as com o que são as tradições dominantes e a inércia no campo da participação do cidadão na educação. É por isso que trabalhamos aqui para delinear o que constitui, precisamente, uma questão de desafio (MACHADO, 2017).

Os estudantes têm sido tradicionalmente os maiores relegados à participação, pelo menos nos níveis mais baixos do sistema escolar. No nível do ensino superior, a organização e a participação dos estudantes geralmente adquirem outras dimensões. Isso afeta vários fatores: a idade, a condição dos próprios alunos (reforçada pelo status social, étnico e de gênero de alunos específicos) e a falta de compreensão sobre o que a educação e a aprendizagem implicam (VIEIRA; VIDAL, 2015).

Em uma cultura que associa crianças e jovens com déficits e deficiências, não se concebe que crianças e jovens sejam também - e com prioridade - sujeitos de informação e consulta, e uma fonte de contribuição significativa, em torno de suas necessidades de aprendizagem e que eles percebem como bom na educação, em casa, na escola, na mídia, etc. A idade adulta foi concebida como tardia e não propícia para a aprendizagem; o aluno adulto é considerado um estudante na hora errada, e a educação de adultos, uma educação compensatória e compensatória destinada a lidar com o analfabetismo e a subescolarização.

A condição dos alunos, além da idade, coloca quem aprende como alguém que não conhece, como ignorante. Tudo isso é baseado em um mal-entendido fundamental sobre o que são ensino e aprendizagem e como eles operam: um método ou técnica "participativa" é considerado inovador quando, na verdade, a aprendizagem só pode ser participativa, pois senão seria redundante.

O problema da participação - e as próprias noções tais como "o estudante no centro", abordagens e métodos "centrados no aluno", "escolas amigáveis", etc. - é fundamentalmente restrito ao espaço da sala de aula, como uma reivindicação de estudantes no campo pedagógico (relações e métodos de ensino-aprendizagem expressamente participativos). A ideia de que os alunos (crianças, jovens, adultos) podem e devem participar em outras áreas e dimensões da educação, além da sala de aula, permanece estranha e

até inaceitável para muitos países, professores e decisores ao nível local, nacional e internacional.

Os jovens também começaram a exigir informações e consultas sobre as reformas educacionais, não apenas no nível universitário, mas também no nível secundário. Em geral, mais atenção tem sido dada aos jovens e sua participação em diferentes campos. Eu também atendo crianças através de consultas em vários países, sobre que tipo de educação e escola eles querem. As experiências que se incluem no Brasil mostram diferentes bordas desse papel mais significativo que começou a ser atribuído a crianças e jovens fora da sala de aula, na instituição escolar e na política nacional de educação (MACHADO, 2017).

O tema da participação do professor tem sido tradicionalmente localizado em dois extremos: a sala de aula e a grande reforma educacional. O ensino foi concebido como uma profissão ou uma profissão eminentemente de sala de aula, com o diretor ou coordenador correspondendo à compreensão e gestão da instituição escolar como um todo. Por outro lado, sempre foi dito que cada professor gosta de "autonomia" na sala de aula. Com isso, o tema da participação do professor no ambiente escolar tem sido negado como tema. No nível macro, o da política de educação e reforma, a interlocução dos líderes dos sindicatos do Estado - quando é dada - tem sido considerada pelas duas partes como o mecanismo atual e até mesmo único. No entanto, tanto no nível micro quanto no macro, os gerentes, professores de sala de aula e associações de professores sempre afirmaram.

A pesquisa no campo da participação do professor mostra que há quatro questões nas quais os professores pediram repetidamente uma maior participação, na forma de consulta e tomada de decisão: o orçamento, questões de pessoal - seleção, treinamento, promoção, etc., o currículo e pedagogia (DE SOUZA; PIRES, 2018).

A verdade é que a reforma tradicional, como já foi dito, teve professores principalmente como executores de um plano que é projetado para cima e esperado para ir para a escola e ser concluído nas salas de aula através de regulamentos e treinamento. Este último pretende ser mais instrumental para as necessidades da reforma do que para o desenvolvimento profissional dos professores. Em geral, pouca atenção tem sido dada ao conhecimento, necessidades e vontades daqueles que são convocados como sujeitos e aliados de mudança.

A participação e a consulta foram, portanto, incorporadas como novas demandas de ensino, não apenas no nível dos sindicatos e das lideranças sindicais, mas também dos professores em geral. Na medida em que as reformas afetam cada vez mais a escola, a cultura escolar e as condições do trabalho docente, a reação dos professores também se torna cada vez mais difundida. Este tem sido o caso, nos últimos anos, de medidas como a descentralização, a avaliação do desempenho do professor, a gestão comunitária da escola, a extensão do dia escolar e a introdução de novas tecnologias, tudo isso no contexto de uma deterioração real e simbólica da profissão docente e da educação pública (MACHADO, 2017).

Ao longo dos anos 90, o confronto Estado / reforma e sindicatos de professores polarizaram-se em muitos países. Não se trata apenas do conteúdo da reforma, mas também, e talvez acima de tudo, dos métodos da reforma. O professor histórico da "resistência" é uma resistência à reforma educacional - isto é, a essa maneira de pensar e tentar reformar - e não necessariamente à mudança educacional. De fato, a inovação espontânea, oriunda da escola e da iniciativa dos professores, é abundante e fértil nessa região, embora seja pouco valorizada e pouco sistematizada pelo Estado, pelas instituições acadêmicas, pelas agências internacionais e pelos próprios professores. Organizações (PARO, 2017).

Os fracos resultados alcançados pelas reformas educacionais na última década reafirmaram a necessidade de repensar a reforma tradicional e os papéis tradicionais assumidos pelo Estado, a sociedade civil - incluindo organizações educacionais - e as agências internacionais.

Este caminho, felizmente, já começou a correr. Em alguns países e Ministérios da Educação, há uma maior conscientização sobre a necessidade de uma abordagem maior e diferente com os professores e suas organizações. Por outro lado, as organizações educacionais estão em um processo interessante de mudança, observando a necessidade de uma maior capacidade e atitude em relação à educação e à mudança educacional; de novas estratégias e métodos de luta sindical; conciliar com o público e evitar o isolamento do movimento docente; de maior articulação e intercâmbio entre organizações sindicais; e fortalecer os movimentos político-pedagógicos em defesa da escola pública e sua qualidade. Nesse contexto, germinam alguns promissores processos de negociação e acordos de guildas estaduais em torno da

questão educacional e sindical (VIEIRA; VIDAL, 2015).

“Participação da comunidade” - que geralmente inclui o subconjunto “pais (e representantes)” e a “comunidade” como um todo - é uma questão antiga e um problema antigo de educação, escola e não escola. Apesar de seus anos de vida, sua importância e sua repetida validade, “participação comunitária”:

a) permaneceu bastante ao nível da regulamentação, mal analisada (em geral e em cada caso específico) e raramente traduzida em estratégia e plano, o que implicaria intervenções coerentes e sustentadas a vários níveis: legislação, informação, comunicação, consulta, educação, formação dos vários atores, etc.;

b) geralmente abordadas em relação à instituição escolar (cada família em relação a seu filho ou filha, a cada comunidade escolar em relação à sua escola) e não também a todo sistema escolar ou política educacional.

c) restrita a aspectos administrativos, com pouca ou nenhuma abertura para compreensão e contribuição nos aspectos relacionados ao ensino e aprendizagem, aqueles que realmente importam e são o objetivo da educação;

d) focada em aspectos materiais e monetários (honorários, construção, trabalho) ou entendida como participando de reuniões convocadas pela escola;

e) pensado unilateralmente: o que os pais e a comunidade podem fazer pela escola e pelos alunos como escolares, e não o contrário: o que a escola pode fazer pelos pais e pela comunidade, que pode aprender deles, etc. (MACHADO, 2017).

Por outro lado, a contribuição dos pais e da comunidade tende a ser invisível ou não valorizada pelo sistema escolar e pela política educacional, a começar pelo sacrifício e pelas expectativas de que os pobres enviem seus filhos à escola, incluindo a vigilância no trabalho escolar, motivação para o estudo das crianças e do seu próprio estudo, participação em reuniões e eventos, trabalho voluntário, participação em instâncias organizadas pela escola e contribuições em espécie e em dinheiro (OLIVEIRA, 2015).

Os proponentes da “participação autêntica” propõem que as famílias e comunidades participem em várias dimensões do trabalho escolar, incluindo (a) gestão e tomada de decisões, (b) a organização para a equidade e qualidade, (c) currículo e sua gestão na sala de aula, e (d) apoio educacional em casa. Isto implica uma política e um plano - não apenas de cada

instituição escolar individualmente, mas da política educacional como um todo - visando continuar o trabalho com pais e agentes comunitários para aproximá-los da compreensão da cultura escolar e, inversamente, a instalação de dispositivos, também em nível macro e micro, para aproximar a política educacional e escolar da compreensão das visões, necessidades e expectativas das famílias e comunidades (DE SOUZA; PIRES, 2018).

Nas reformas escolares iniciadas no final dos anos 80 e início dos anos 90, na América Latina e em todo o mundo "em desenvolvimento", a "participação dos pais", a "participação da comunidade" e a "administração" ganharam impulso com as comunidades de "autogestão escolar". Isto foi, como já foi dito, um componente transversal das reformas e uma forte recomendação nos projetos para melhorar a qualidade da educação financiada e aconselhada pelos bancos multilaterais. De fato, muitas das "melhores práticas" destacadas por governos e agências nos anos 90 e hoje giram em torno desse componente (NARDI, 2017).

A participação da comunidade foi inspirada em dois objetivos fundamentais: (a) apoio monetário e trabalhista da comunidade local para cobrir os custos da educação (políticas de "financiamento compartilhado" ou "recuperação de custos") e (b) maior controle sobre a escola e os professores em particular, por meio de várias instâncias de participação e gestão cujas atribuições incluem (com variações significativas entre países) comprar suprimentos, eleger diretores, monitorar a frequência dos professores, pagar salários e decidir incentivos aos professores, e participar da elaboração do chamado Projeto Educacional Institucional (também com diferentes denominações em diferentes países). A participação dos pais e da comunidade é fundamentalmente focada em aspectos administrativos (PARO, 2017).

A partir desse impulso "comunitário" sobre a instituição escolar, surgiram processos e resultados contraditórios e desiguais nos e entre diferentes países e programas. Isso, juntamente com a falta de avaliação e as dificuldades de comparação entre as experiências, torna difícil hoje tirar conclusões sobre os resultados e impactos. Algumas das experiências mais radicais nesse aspecto comunitário são as mais proeminentes e as mais polêmicas, entre outras, porque afetam diferencialmente os diferentes atores da comunidade escolar: o que alguns podem perceber como conquista,

pode ser percebido como perda por outros. Antes de favorecer a abordagem e a aliança.

Estudos mostram que essas experiências de participação comunitária ainda são incipientes, muitas vezes mais formais do que reais. As esferas curriculares e pedagógicas, fundamentais no ensino e aprendizagem, permanecem geralmente proibidas a tal participação e até mesmo a informação e compreensão das famílias, da comunidade local e da sociedade nacional.

Algumas das experiências selecionadas são exemplos dessas formas emergentes, híbridas e difíceis de classificar dentro das categorias convencionais (educação formal / não formal, pública / privada, etc.), nas quais pais e comunidade passam a assumir outra classe de papéis em relação à instituição escolar (OLIVEIRA, 2015).

Em nível geral, o "Novo Contrato Social" e as novas regras de governança que foram instaladas mundialmente como "politicamente corretas" nos últimos anos, incluem a reafirmação da democracia representativa, participação cidadã, impulso de consulta, consenso, redes, alianças. Isso, juntamente com a expansão acelerada das TICs (e em particular do e-mail e da Internet), fez com que ela começasse a falar até mesmo de uma "sociedade civil global" e, em todo caso, colocou todos os atores e instituições. na situação de abertura a um maior contato com o mundo exterior, aproximando-se do cidadão comum, tornando a informação mais acessível e sendo, em geral, consistente com o discurso de participação cidadã (NARDI, 2017).

Nos últimos anos, a maioria das agências internacionais, se não todas, tem promovido ativamente a organização e o fortalecimento das ONGs e adotado a noção mais ampla de Organizações da Sociedade Civil (OSC) em todo o mundo. De fato, em geral foram as agências, e não os governos, que pressionaram por essa abertura maior em direção à sociedade civil, consulta e participação cidadã. A banca multilateral assumiu uma liderança clara e atribuiu importância e financiamento crescentes ao desenvolvimento das OSCs (DE SOUZA; PIRES, 2018).

Do ponto de vista das agências e Estados / governos, as OSC são importantes porque podem: ajudá-las a melhorar sua imagem, legitimar sua democracia, abertura, plural, etc. e contribuir para atenuar a vigilância social e crítica a que ambos os governos e agências estão sujeitos; injetar novas ideias e dinamismo; reduzir custos e substituir os serviços

tradicionalmente prestados pelo Estado, garantindo formas mais econômicas de fornecer tais serviços à população. Por sua vez, para as OSC, o relacionamento com governos / Estados e agências internacionais é importante, por sua vez, em um mundo cada vez mais globalizado e no qual as políticas nacionais são cada vez mais influenciadas pelo exterior ao mesmo tempo (MACHADO, 2017).

A participação dos cidadãos em relação ao Estado e à questão pública pode ter diferentes modos e níveis de concretude: (a) Participação instrumental: as pessoas ou organizações contam principalmente como usuários-usuários; uma vez obtido o resultado desejado, a ação se dissolve; (b) Executando e administrando a participação: Os assuntos são vistos e são vistos como programa ou gerentes de projeto. Esse tipo de participação é incentivado na convicção de melhorar a gestão e os resultados esperados; (c) Participação consultiva: Os cidadãos ou grupos são chamados a comentar um plano ou proposta, passando assim da informação (um caminho) para a comunicação (ida e volta); e d) participação na tomada de decisões: A participação inclui a tomada de decisão e o controle do processo e dos resultados. Aqueles que participam tornam-se, nessa medida, coprodutores e cogestões uns dos outros. (VIEIRA; VIDAL, 2015)

De fato, existem diferentes posições e decisões sobre o papel dos governos e das agências internacionais em torno da sociedade civil, seu fortalecimento e participação. Em alguns casos propõe-se que a própria sociedade política se encarregue de propor um Novo Contrato Social que inclua uma política de participação cidadã e o fortalecimento da sociedade civil. Esta posição implica aceitar a necessidade de um fortalecimento paralelo e mútuo entre o Estado e a sociedade civil e na interlocução entre os dois. Em outros casos, agências e OSCs assumem tal fortalecimento como necessariamente autônomo, decorrente da própria sociedade civil, e mesmo em confronto aberto com o Estado e com (ou com algumas) agências internacionais (PARO, 2017).

Da mesma forma, aqueles que realizam análises comparativas a esse respeito concluem que existem diferenças importantes na estratégia e nas abordagens adotadas, respectivamente, pelo Banco Mundial e pelo banco regional, no caso, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), em relação à sociedade civil (NARDI, 2017). Para o Banco Mundial, a entrada da sociedade civil seria uma aposta forte nos estados / governos para conseguir mudanças

que vão na direção de uma melhor governança; o BID preferiria promover a aliança Estado / sociedade civil para promover, juntos, o desenvolvimento econômico e social e uma maior democracia dentro dos países. A visão do BM em relação ao papel da sociedade civil está associada a uma visão do mercado (OLIVEIRA, 2015).

A visão do BID está associada a uma visão mais ligada ao Estado e à agenda de modernização do Estado, mais próximo do pensamento e tradição latino-americanos. Essas diferenças de concepção e estratégia refletem-se nas respectivas instâncias e mecanismos de financiamento e participação das OSC, tanto em relação aos bancos como aos projetos negociados com os Estados. De fato, por exemplo, iniciativas para fortalecer a sociedade civil do Estado, contam com o apoio técnico e financeiro do BID (DE SOUZA; PIRES, 2018).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho de pesquisa foi desenvolver uma compreensão da educação e administração democráticas e sua importância na era atual. Concentrou-se na visão histórica da educação e administração democráticas e reconheceu sua importância na era atual. A educação democrática desempenha um papel significativo na construção das características pessoais de um indivíduo e sua maneira de aprender.

Nesse contexto, a educação é considerada uma abordagem que leva ao desenvolvimento da autodeterminação em um indivíduo. Também é considerado como o meio de incentivar a autoaprendizagem e criar autoconsciência em um indivíduo que, por sua vez, ajuda o indivíduo a reconhecer seus valores, necessidades pessoais e responsabilidades. A educação democrática também resulta em mentes saudáveis e satisfação com a vida. Além disso, um sistema democrático de educação estimula a integração de uma pessoa em uma sociedade. Passando para a importância da administração democrática, a administração democrática promove uma abordagem de gestão centrada no ser humano em uma organização.

Em termos de gestão, uma escola democrática deve prestar atenção à participação de todos os associados às decisões importantes. Para criar um clima democrático na organização, os líderes escolares devem ser consistentes, criar confiança, pensar a longo prazo, ser justo, respeitar pensamentos diferentes,

garantir a solidariedade, compartilhar poder, seja honesto, dê valor às pessoas e considere as questões numa perspectiva mais ampla. É claro que os administradores escolares têm uma responsabilidade maior na criação de um clima democrático nas escolas. As atitudes democráticas dos administradores escolares criarão um sentimento de confiança no pessoal da escola e nos estudantes. Isso aumentará o poder do administrador da escola em influenciar e vincular pessoas em torno de um propósito específico.

O exercício prático que poderia acompanhar os objetos de ensino nesse sentido também se limita a fases exploratórias e dificilmente excede uma dimensão puramente instrumental. A educação cidadã para poder existir requer, por sua vez, uma participação que combine reconstrução de conhecimento e existência social reconhecida. O exercício prático que poderia acompanhar os objetos de ensino nesse sentido também se limita a fases exploratórias e dificilmente excede uma dimensão puramente instrumental.

A educação cidadã para poder existir requer, por sua vez, uma participação que combine reconstrução de conhecimento e existência social reconhecida. O exercício prático que poderia acompanhar os objetos de ensino nesse sentido também se limita a fases exploratórias e dificilmente excede uma dimensão puramente instrumental. A educação cidadã para poder existir requer, por sua vez, uma participação que combine reconstrução de conhecimento e existência social reconhecida.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, Carmenisia Jacobina; DE FREITAS, Lêda Gonçalves. Gestão democrática na escola: os desafios da prática. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 4, n. 3, p. 65-71, 2017.
- DALBÉRIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de educación**, v. 3, n. 47, p. 2-12, 2008.
- DE SOUZA, Ângelo Ricardo; PIRES, Pierre André Garcia. As leis de gestão democrática da Educação nos estados brasileiros. **Educar em Revista**, n. 68, p. 65-87, 2018.

DOURADO, Luíz Fernandes. Gestão em educação escolar. 2016.

LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. Editora Vozes Limitada, 2017.

MACHADO, Cristiane. Avaliação externa e gestão escolar: reflexões sobre usos dos resultados. **Revista@ mbienteeducação**, v. 5, n. 1, p. 70-82, 2017.

NARDI, Elton Luiz. Gestão democrática na educação básica: Delineamentos da matéria no pós-LDB. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 19, p. 477-492, 2017.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 132, p. 625-646, 2015.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010a, 1986.

\_\_\_\_\_. **Gestão democrática da escola pública**. Cortez Editora, 2017.

VIEIRA, Gizele Doraline Gomes. Gestão escolar. 2017.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloisa Maia. Gestão democrática da escola no Brasil: desafios à implementação de um novo modelo. **Revista Iberoamericana de educación**, v. 67, p. 19-38, 2015.

Lück, H.; Freitas, K.; Girling, R. & Keith, S. (2002). **A escola participativa: O trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: DP&A

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.